



ADAUTO FREIRE DA CRUZ

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 15/02/1924; Bananeiras – PB.

FILIAÇÃO: Olívia Freire da Cruz e Manoel Freire da Rocha.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: comerciário, comerciante.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas.

DATA E LOCAL DA MORTE: 13/05/1979, entre o Rio de Janeiro e a cidade de Petrópolis.

CODINOME: Antonio.

IDENTIDADE FALSA: Celestino Alves da Silva.

Relatora: Socorro Ferraz. Sub-relatores: Henrique Mariano e Humberto Vieira.

BIOGRAFIA¹

Adauto Freire da Cruz nasceu em 15 de fevereiro de 1924, na vila de Borborema, em Bananeiras, na Paraíba. Seu pai era um camponês assalariado agrícola, que morreu em 1929; sua mãe, também de origem camponesa, era funileira por profissão, mas foi também operária da fábrica têxtil de Rio Tinto, na Paraíba.

Adauto começou a trabalhar aos doze anos de idade numa indústria de artefatos de couro, depois se profissionalizou como pintor de paredes e operador de cinema. Nunca foi operário de grandes firmas. O seu início no mundo do trabalho se deu em Guarabira e em Campina Grande, ambas as cidades da Paraíba. Trabalhou também como autônomo, fabricando cintos de couro.

Segundo o prontuário do DOPS² nº 12818, Adauto era branco, cabelos lisos pretos, barba raspada, bigode preto, olhos e sobrancelhas castanhos, media 1m e 58cm, sabia ler e escrever.

Seu primeiro casamento foi com Priscila de Oliveira Lima, nascida em Guarabira, PB; casou-se civilmente com comunhão de bens, em 18 de fevereiro de

¹ SSP/DOPS/APEJE, prontuário individual nº 12818, Fundo 19220. Biografia. Manuscrito encontrado no seu prontuário, nº 12818, escrita para o PCB, em junho de 1955; foi encontrada pelos policiais quando foi preso, em 1956, e colocada em seu prontuário.

² SSP/DOPS/APEJE, prontuário individual nº 12818, Fundo 19220.

1954. Nessa época já tinham quatro filhos legítimos: Edileusa (em 4/10/1945), José (em 19/02/1947), Olena (em 26/2/1949) e Heloísa (em 11/8/1950). Depois houve outro casamento com Terezinha Rodrigues de Araújo Freire, com quem veio morar no Recife. Na sua biografia aparecem mais duas companheiras, Josefa Maria da Conceição e Delzúite da Costa Silva.

Antes de entrar para o Partido Comunista Brasileiro, nunca havia participado de lutas políticas e nem pertencido a partidos da burguesia. Os primeiros contatos com a literatura marxista e com o PCB aconteceram em 1946; passou todo este ano até o final de 1947 como simpatizante quando foi recrutado; após dois meses foi estruturado em Campina Grande, passando a ter vida ativa e celular no partido. Ocupou vários cargos de direção: secretário sindical da célula de Rio Tinto/PB até chegar a ser membro do Comitê Estadual do PCB em João Pessoa. Em 1948, participou da greve dos trabalhadores da construção civil, em Campina Grande; em 1949, tomou parte na greve dos operários têxteis de Rio Tinto e, em 1952, esteve presente em outra greve que reivindicava o abono natalino. Atuou de forma decisiva contra a expansão do grupo integralista de Sá Barreto na luta dos camponeses de Sapé, em Campina Grande. Esteve preso duas vezes, na Paraíba; a primeira em 1948, pela sua presença na greve da construção civil e a segunda em 1951, quando distribuía panfletos na porta da fábrica.

Transferiu-se para o Recife em 1953, ano em que passou a atuar como membro do PCB, em Pernambuco, ocupando cargos de direção para trabalho político na zona da mata, no agreste e no sertão, chegando a ser membro do Comitê Estadual. Ficou responsável pela política do partido nas empresas da cidade de Moreno e na ferrovia; foi também dirigente da comissão de campo do Comitê Estadual e Sindical. Nesse período, houve muita agitação no campo e muitas greves. Os proprietários de engenhos tinham medo de sua atuação política, e quando se referiam a esse tempo chamavam de era “adaulesca”. Participou da invasão do Engenho Serra em Vitória de Santo Antão, em 1962, no governo de Miguel Arraes.

Em seguida, ocupou o cargo de secretário do Comitê Zonal do Recife. Durante o IV Congresso do PCB, em 1954, a comissão do campo apresentou um informe sobre a situação dos camponeses na zona da mata e uma análise da crise que atravessava a agricultura de Pernambuco.

No documento ‘Biografia’, que escreveu em junho de 1955, para o partido, encontrado provavelmente pela polícia entre seus papéis, em 1956, fez uma autocrítica quanto à sua formação ideológica. Relata ter frequentado dois cursos de formação

política oferecidos pelo partido, cada um com duração de doze dias. Sentia mais aptidão para o trabalho legal, para atividades relacionadas com as massas. Não sentia prazer em estudar, mas sabia dessa lacuna e dessa necessidade. Em muitas ocasiões utilizou práticas pouco recomendáveis como o sectarismo de esquerda ou oportunismo da direita pela sua vaidade e autossuficiência. Criticou o partido por lhe faltar clareza na condução da luta das massas e pela forma como encarou os problemas da imprensa do Partido. Segundo Aauto, “falta assistência da direção do Partido à direção da *Folha do Povo*; a direção do jornal é débil”³.

Sua primeira prisão no Recife ocorreu em sua residência, na Campina do Barreto, nº 147, Fundão de Dentro, em 4 de maio de 1956⁴. Na época exercia o cargo de 2º secretário do Comitê Regional de Pernambuco. Segundo a polícia, a causa da prisão está relacionada à sua atividade de agitador comunista; quem o conduziu à Secretaria de Segurança Pública foi o investigador da SSP/PE, nº 118. Nessa época tinha trinta e dois anos.

O PCB foi muito atingido com as prisões de 1956. Aauto faz um balanço das “quedas”⁵ dos companheiros e do resultado para o partido desta ação anticomunista. Escreveu Aauto, em seu relatório, que provavelmente 73 companheiros do partido foram presos. A Comissão do Campo foi muito torturada com espancamentos mas não delatou ninguém e nem “abriu”⁶ nenhuma informação; o tesoureiro do Comitê Zonal Regional foi também preso, apesar das torturas que sofreu, permaneceu firme; do Comitê Distrital de Olinda foram presos dois militantes, que denunciaram o que sabiam. Dois camponeses de Vitória de Santo Antão foram presos. Avaliando o comportamento dos companheiros do partido na prisão, Aauto concluiu o seguinte: dos 73 militantes presos, 27 ficaram firmes; 14 traíram e 44 tiveram posições duvidosas.

A polícia encontrou com Aauto, além de sua biografia, alguns bilhetes, pedaços de papel, endereços comprometedores do ponto de vista da organização do partido. Também no edifício Vieira da Cunha, sala 235, onde funcionava o escritório do partido, encontrou uma relação de endereços onde o PCB tinha atuação onde a repressão se fez

³ SSP/DOPS/APEJE, prontuário individual nº 12818, Fundo 19220.

⁴ Esta data consta no seu prontuário como o dia de sua prisão, mas há também a informação de que ele foi apresentado ao delegado auxiliar da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, por um ofício, na mesma data.

⁵ Quedas – linguagem usada pelos militantes do PCB para indicar prisões pela polícia política.

⁶ Esta terminologia era usada pelo partido e significa dizer que não abriu o bico, isto é, não dedurou ninguém, nem falou sobre a organização do partido.

presente: em Macau – Base do Sal, comitê zona oeste; Base Canto do Mangue, mesmo comitê; Base Logradouro, nº 1; Fábrica de Goiana; Base do Cordeiro; Base do Moinho; Empresa Paulista; Docas; Rede Ferroviária do Nordeste; Base Monteiro Lobato, Jaime Calado; Base Nicolau da Costa. Também caiu nas mãos da polícia toda a contabilidade da ‘empresa’ PCB, com livros de caixa com entrada e saída de ‘capital’, valores de aluguéis, ajudas de custo, viagens e outras despesas.

Essas prisões estão relacionadas com as informações obtidas pelo Serviço Secreto da Marinha, um policial civil chamado Francisco de Assis de Lima, conhecido como Chico Pinote⁷; pelo Serviço Secreto da Aeronáutica, conhecido por Galhardo e pelo Serviço Secreto do Exército em posição secundária. Aauto Freire foi apresentado ao delegado auxiliar por ofício datado de 4/5/1956. Na ocasião dessa sua prisão, Aauto foi torturado por vários “tiras” entre eles Matuzalém e Galhardo e foi incurso no artigo 9º e 10º da Lei de 1802 de 5 de janeiro 1953.

No prontuário de Aauto Freire há extenso documento escrito em letra de fôrma, por um prisioneiro, que não quis se identificar. Esse anônimo afirmou que foi preso do dia 13 às 22 horas (não cita o mês nem o ano). Mas, pelas circunstâncias do depoimento, deve ter sido no mesmo período em que o PCB foi desmantelado. Não se trata de Aauto, pois este foi preso em 4 de maio de 1956, segundo seu prontuário. O que importa nessa informação são as condições da prisão, as torturas sofridas, os interrogatórios e os lugares de tortura. Casebre no meio do mato com dois xadrezes no seu interior, com distância de duas horas de automóvel da cidade do Recife e da indicação da delegacia da Torre como entreposto de interrogatório e de torturas.

A partir de 1961, Aauto Freire vai se ligar ao movimento das Ligas Camponesas através de um ex-militante do PCB, Clodomir Santos de Moraes, que nessa época é um dos dirigentes desse movimento. A convite do Partido Comunista Cubano, viajou a Cuba com treze líderes camponeses articulados com Francisco Julião e Clodomir Moraes. Anotações na delegacia auxiliar da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco dão conta que Aauto Freire viajou a Cuba para fazer curso de

⁷ O Francisco de Assis de Lima, vulgo Chico Pinote, foi um investigador de polícia, que se infiltrou no PCB, conheceu toda sua organização e grande parte dos dirigentes. De posse dessas informações os setores da repressão das três armas, juntamente com a polícia política do Estado de Pernambuco, sob a orientação de Álvaro da Costa Lima, investiram contra o Partido Comunista Brasileiro e tentaram desmantelar o partido em Pernambuco. As três armas Marinha, Aeronáutica e Exército ainda não tinham uma organização repressora como depois do golpe civil-militar vão estruturar, mas já conheciam a Segunda Seção, que cuidava da segurança nacional.

guerrilha, em 27 de julho de 1961, com o salvo-conduto nº 344399. Nessa ocasião era membro do diretório nacional das Ligas Camponesas.

Um pedido de busca da 2ª Seção do Estado-Maior do IV Exército informa sobre seu curso de guerrilha em Cuba e sobre outros militantes que viajaram com o mesmo objetivo e na mesma época. Seguem os nomes: Amaro Luís de Carvalho, Clodomir Santos de Moraes, Joaquim Ferreira Filho, Ozias Ferreira, Pedro Mota, Rivadávia Rocha e Florentino Alcântara de Moraes. Quando voltou de Cuba dedicou-se à campanha política para a eleição de Elizabete Teixeira, líder camponesa na Paraíba. Nessa época se desligou do PCB e Aduino Freire mudou seu nome para Celestino Alves da Silva.

Em 28 de agosto de 1962, Aduino Freire, residente na avenida Visconde de Rio Branco, RJ, foi indiciado no inquérito nº 37/62, aberto pela Delegacia de Segurança Social, do Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Freire foi incurso no artigo 2º no IV, 7º e 9º da Lei 1802/53 e identificado em 21 de dezembro 1962, como militante das Ligas Camponesas do estado do Rio de Janeiro e profissional do jornal *A Liga*.

Em 5 de março de 1963, uma carta precatória extraída dos autos do inquérito policial nº 37/62 dirigida ao delegado do DOPS do Rio de Janeiro, Denizard Correia Pinheiro, comunica que nesta delegacia corre inquérito policial para apurar as atividades subversivas dos elementos componentes das Ligas Camponesas neste estado da Guanabara, bem como suas relações (as de Freire) com os demais acusados: Aduvalpa Alves, José Bartolomeu de Souza, Rivadávia Braz de Oliveira, Clodomir Santos de Moraes, entre outros.

Nas declarações que prestou nesse inquérito informou que trabalhava no jornal *A Liga*, de propriedade das Ligas Camponesas, que conhece o motorista da caminhonete onde foram detidos Clodomir Moraes, Regina Cavalcanti, Joaquim Ferreira Filho e outros; que era comunista, filiado ao PCB desde 1948 e que foi expulso quando fez a campanha de Elizabete Teixeira.

Com o golpe civil-militar de 1964, Aduino Freire da Cruz passou a viver na clandestinidade usando o codinome de Celestino Alves da Silva, inclusive na certidão de nascimento de seus filhos consta o nome de Celestino e não de Aduino. Por informações de sua última companheira Delzúite, no dia do golpe Aduino se encontrava no Recife e com Clodomir Moraes dirigiram-se ao palácio para solicitar armas a serem distribuídas com os camponeses. Mas essas ações ficaram fora das possibilidades das autoridades palacianas. Ainda nesse dia participou de reuniões e tentou comunicação

com os tenentes Edvaldo Rodrigues, Agnelo dos Santos e João Bezerra de Araújo da Polícia Militar de Pernambuco.

Não havendo resistência armada ao golpe, Aduino voltou a Vitória de Santo Antão; com o presidente da Liga de Vitória, Benedito, Maria Celeste Vidal e Luís Serafim arregimentou camponeses no Engenho Águas Compridas com objetivo de criar condições para o enfrentamento. Houve prisões e ele Aduino escondeu-se no canavial com mais de 20 camponeses até que pudessem sair com segurança.

Diante da repressão que não lhe dava trégua resolveu sair de Vitória de Santo Antão com sua companheira Delzuíte para morar no sertão do Pajeú, onde trabalharam durante um ano na agricultura. De lá, a chamado de Clodomir Moraes, que se encontrava no Rio de Janeiro, se transferiram para o Rio. Com eles, estava Luís Serafim, antigo militante das Ligas Camponesas. Exilados no próprio país, foram morar em Magé, no estado do Rio e sobreviviam fabricando e vendendo artesanato. Viviam clandestinamente. A essa altura, o casal já tinha dois filhos. Para complementar a renda do casal Delzuíte trabalhava como cozinheira e ele continuou fazendo política. Ligou-se ao Comitê de Anistia do Rio de Janeiro. Sua foto foi distribuída nos aeroportos, rodoviárias e estações ferroviárias. De vez em quando aparecia alguém perguntando, rondando, seguindo o casal. Com o cerco da repressão Clodomir se asilou no Chile.

Em 1965, o inquérito nº 37/62 chega à 1ª Auditoria da 1ª Região Militar. O auditor Teócritro Rodrigues acusa os que foram indiciados anteriormente, começando por Ataulpa Alves, Aduino Freire da Cruz e outros.

No seu prontuário há vários pedidos de busca do IV Exército, distribuindo e solicitando informações dos militantes das Ligas Camponesas, já citados em parágrafos acima e que estavam indiciados no inquérito militar da 1ª Auditoria da 1ª Região Militar.

Em 27 de junho de 1973, o delegado de Segurança Social, Redivaldo de Oliveira Acioly, atendendo ao pedido de busca da 2ª Seção do IV Exército faz uma observação no final do documento: “No dia 21 de agosto de 1973, Florentino Alcântara de Moraes declarou ter se tornado informante para a agência de informação (não diz qual) após ter ido a Cuba”⁸.

⁸ Informação nº 779. In: SSP/DOPS/APEJE, prontuário individual nº 12818 Fundo 19220.

CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

Adauto Freire foi importante para as Ligas Camponesas. Após sua viagem a Cuba passou a ter responsabilidade no movimento guerrilheiro conduzido por Francisco Julião e Clodomir Moraes nos anos de 1962/63. O inquérito militar da 1ª RM investigava esses fatos. Portanto, era um militante procurado.

Adauto Freire da Cruz vivia clandestinamente em Teresópolis com sua mulher Delzuíte e os dois filhos João Luiz e Mariana. Apesar de haver trocado de identidade para Celestino Alves da Silva, seu retrato foi estampado nos aeroportos, estações ferroviárias e rodoviárias. Seja como Adauto ou Celestino continuou fazendo política de resistência ao regime ditatorial.

Em 13 de maio de 1979, a família voltava da cidade do Rio de Janeiro, onde havia participado de manifestação de massas pró-anistia. Viajavam de ônibus para Magé com o roteiro via Niterói/Teresópolis, percurso mais longo para despistar a repressão. Delzuíte, sua mulher conta que o casal transportava material de propaganda: panfletos e cartazes, quando o ônibus, em que viajavam, foi parado por uma blitz. Os policiais entraram abruptamente no ônibus; aos gritos solicitavam documentos de identidade, mas Adauto/Celestino não havia levado consigo nenhum que o identificasse. Não houve tempo de esconder o material de propaganda. Estavam sentados na quarta fila de cadeiras do ônibus. Delzuíte tentou abrir a bolsa para tirar a certidão de casamento, único documento hábil que tinha do “esposo clandestino” identificado como Celestino Alves da Silva. Enquanto Delzuíte tentava abrir a bolsa um policial armado a empurrou brutalmente tomando-lhe os panfletos. Adauto observava tudo, mas reagiu ao vê-la sendo agredida pelos policiais. Golpearam-no com socos no estômago. O casal foi retirado do ônibus, à força. Nesse momento, Adauto ficou roxo e asfíxiado até desfalecer com um infarto fulminante. Pouco depois, os policiais desapareceram, passou um automóvel que o levou à Casa de Saúde São José, onde o médico atestou a causa mortis: infarto fulminante do miocárdio. Na certidão de óbito consta que a causa da morte está relacionada com infarto do miocárdio. O local da morte de Adauto foi na rua Judith Maurício de Paula, nº 40, em Teresópolis, RJ.

Delzuíte foi amparada pelo seu irmão, que cuidou do enterro de Adauto e transportou-a com as crianças para um lugar seguro. Adauto foi sepultado em 1979, em Teresópolis, estado do Rio de Janeiro.

Após seis meses do acontecimento, com a ajuda solidária de Francisco Julião, Delzuíte voltou para Pernambuco com seus dois filhos menores de idade⁹.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CEMVDHC

Em 10 de dezembro de 1996 e 10 de abril de 1997, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) indeferiu o requerimento apresentado duas vezes pela família de Aduino Freire da Cruz, por não ter ficado clara a relação de sua morte com a repressão. Porém, a família mais uma vez requereu a concessão de benefícios com base na Lei 10536, de 14 de agosto de 2002, e foi deferida em 15 de outubro de 2008.

Seu nome consta do *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Delzuíte da Costa e Silva solicitou ação indenizatória ao estado de Pernambuco através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos com base na Lei estadual nº 11773, de 23 de maio de 2000, em 31 de julho de 2007, foi indeferido em 15 de outubro de 2010; uma segunda solicitação obteve voto favorável da relatora conselheira Helena Carneiro Leão, através do relatório – Da Pertinência do Pedido e Tempestividade, em 18 de fevereiro de 2011.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Não resta dúvida que a morte de Aduino Freire da Cruz foi causada por infarto do miocárdio, conforme atestou o médico que o atendeu na Casa de Saúde São José. Mas, também é certo que o brutal espancamento produziu este infarto fulminante. Portanto, ele é um dos reconhecidos como morto político do Brasil, vítima da ditadura civil-militar implantada em 1964.

Recomendações: diligenciar o Ministério Público para

- localizar os restos mortais de Aduino, que foi enterrado no Cemitério de Teresópolis, em maio de 1979;

⁹ Texto baseado nas declarações de Delzuíte da Costa Silva no processo 4609/2007 referente ao pedido de indenização ao estado de Pernambuco, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

- modificar no atestado de óbito, o nome da vítima; onde consta o nome Celestino Alves da Silva substituir por Adauto Freire da Cruz;
- modificar o nome do pai na certidão de nascimento dos filhos do casal João Luiz e Mariana para Adauto Freire da Cruz.

FONTES DOCUMENTAIS DE INVESTIGAÇÃO – ADAUTO FREIRE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE): DOPS – PE, nº 12818 Fundo 19220	Prontuário Individual Adauto Freire da Cruz	Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) - Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE)	Antecedentes, documentos pessoais, certidões, recortes de jornais, declarações, ofícios, Congressos do Partido Comunista Brasileiro, biografias, documentos manuscritos e fotografias.
Arquivo Nacional de Brasília: BR_DFANBSB_AT0_0001_0007 e BR_DFANBSB_AT0_0002_0001	Processo nº 0535/96, de Adauto Freire da Cruz.	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos.	Requerido por Delzuite da Costa Silva, sua companheira, em 14/5/1996, indeferido, em 10/12/1996. Com recurso também indeferido, em 10/04/1997. Novo recurso para concessão de benefícios da Lei 9140/95, em 10/09/2007, deferido em 17/06/2008.
Superior Tribunal Militar (STM): Inquérito nº 62/65	Acusados Atualpa Alves de Lima e outros.	Justiça Militar	Apresenta Adauto Freire como um dos réus do Inquérito 37/62.
Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH): Processo 4609/07	Processo de Indenização – Vítima: Adauto Freira da Cruz	Governo do Estado de Pernambuco – Comissão Especial de Indenização a ex-presos políticos	Requerimento de indenização por parte de sua companheira Delzuite da Costa Silva. Concedida no valor de R\$ 30.000,00 por decisão em 18/02/2011.